

OLHARES FEMININOS SOBRE A MEMÓRIA DA LUTA PELA TERRA NO EXTREMO OESTE DO PARANÁ

PAIVA, Daniela A. Minuceli.¹
OLIVEIRA, Suellen Mayara Péres de²

Resumo: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, (MST) são um dos mais expressivos movimentos sociais que tentam a transformação da paisagem social brasileira, através da luta pela terra. No entanto, algumas estruturas sociais, como a hierarquização entre homens e mulheres e a divisão sexual do trabalho, ainda são de difícil superação. Isto produz um apagamento das mulheres militantes no movimento. Diante disto, esta pesquisa tem como objetivo: analisar os espaços ocupados por mulheres e sua representação nas fotografias no Acampamento Mitacoré, tendo em vista que essas são dispositivos que auxiliam na composição da memória sem-terra sobre este local. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica tendo como fonte principal dois acervos fotográficos produzidos por militantes do movimento de reforma agrária no Extremo Oeste do Paraná no final dos anos de 1990. Devido aos limites desta pesquisa, estabeleceu-se um recorte temporal entre os anos de 1997 e início dos anos 2000. A partir das reflexões e análises aqui realizadas pode-se concluir as relações hierárquicas entre os sexos impedem a plena participação das mulheres no movimento, bem como invisibilizam os espaços considerados privados/domésticos, relegado aos seus feitos enquanto militantes, o esquecimento.

Palavras-chave: Mulheres; MST; Memórias; Fotografias;

MIRADAS FEMENINAS SOBRE LA MEMORIA DE LA LUCHA POR LA TIERRA EN EL EXTREMO OESTE DE PARANÁ

Resumen: El Movimiento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), es uno de los movimientos sociales más expresivos que intentan transformar los paisajes sociales latinoamericanos, por medio de la lucha por la tierra. Sin embargo, algunas estructuras sociales, como la jerarquía entre hombres y mujeres y la división sexual del trabajo, aún son difíciles de

¹ Aluna da Pós-graduação em Ensino de História e América Latina. Licenciada em História e Especialista em Ensino de História e Geografia. E-mail: danielapaiva560@gmail.com.

² Doutora em História Social. UNILA. Docente do Curso de Especialização em Ensino de História e América Latina – UNILA E-mail: suellen.oliveira@unila.edu.br.

superar. Esto produce una eliminación de las mujeres activistas en el movimiento. Ante esto, esta investigación tiene como objetivo: analizar los espacios ocupados por las mujeres y su representación en las fotografías en Acampamento Mitacoré, teniendo en cuenta que estos son dispositivos que ayudan en la composición de la memoria sin tierra sobre este lugar. Con este fin, se realizó una investigación documental y bibliográfica con la fuente principal de dos colecciones fotográficas producidas por militantes del movimiento de reforma agraria en el Lejano Oeste de Paraná a fines de la década de 1990. Debido a los límites de esta investigación, se estableció un marco de tiempo entre los años de 1997 y el comienzo de la década de 2000. Con base en las reflexiones y análisis realizados aquí, es posible concluir las relaciones jerárquicas entre los sexos, que implican la plena participación de las mujeres en el movimiento, así como hacer que los espacios considerados privados / domésticos sean relegibles. a sus logros como militantes, olvido

Palabras-cave: MST; Mujeres; Memorias; Fotografías;

INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi fundado em 1986 na cidade de Cascavel no Oeste do Paraná, afluindo na região, junto a outros movimentos sociais nas décadas de 1980 e 1990. Neste período, intensificaram-se as ocupações e formações de assentamentos em todo o território nacional, em uma crescente onda revolucionária que buscava a alteração da desigual paisagem social do Brasil.

O Assentamento Antônio Companheiro Tavares, objeto deste estudo, é parte deste contexto de ocupações. Localizado em São Miguel do Iguaçu no Oeste do Paraná, a área, atualmente, abriga cerca 80 famílias como titulares dos lotes, divididos igualmente pelas políticas de reforma agrária. O assentamento chama-se Antônio Companheiro Tavares, em homenagem a um militante morto em ação policial, deflagrada com objetivo de impedir que alguns ônibus, com militantes do MST, chegassem em Curitiba para participar da Marcha pela Reforma Agrária, em 02 de maio de 2000. Na ocasião ficaram feridos 185 militantes e Antônio Tavares Pereira morreu aos 38 anos, deixando 5 filhos.³

³MST, 2018. Disponível em: <<https://mst.org.br/2018/05/03/caso-antonio-tavares-18-anos-de-impunidade/>>
Acesso:17.jan.2020

Antes de torna-se território de reforma agrária, o Assentamento chamava-se Fazenda Mitacoré, nome de origem Guarani em terra outrora Guarani, mas que estava de posse do Banco Bamerindus. A fazenda tornou-se território de reforma agrária pela “fragilização patrimonial” do Banco, após uma forte crise na instituição.

O Bamerindus foi criado em 1946, sob a denominação de Banco Meridional da Produção S.A, apenas em 1971 tornou-se Banco Bamerindus do Brasil S.A. Na década de 1990 entrou em uma forte crise, perdendo milhões em saque e como forma de recuperação vendeu 6,14% do seu capital para o HSBC. E 1996 fez um empréstimo de 250 milhões, junto ao Banco Central e em 1997, devido a não reversão da crise, apresentou insuficiência de capital e baixa rentabilidade, foi decretado então uma intervenção pelo presidente do Banco Central. Com essa intervenção o controle do quinto maior, passou para o HSBC, através do Programa de Estímulo e Reestruturação ao Sistema Financeiro (PROER).

O patrimônio do Banco, que era do ex ministro e então senador José Eduardo Andrade Vieira, “fragilizou-se” pelas dívidas contraídas com o estado, dentre este patrimônio estava a então Fazenda Mitacoré⁴. Tendo em vista este contexto de “fragilização patrimonial” a fazenda foi ocupada em 1997 por cerca de 300 militantes do MST, iniciando a fase de acampamento. (SCHEREINER, 2013, p.70).

A produção acadêmica sobre os anos iniciais do Acampamento Mitacoré, que deu origem ao Assentamento Antonio Companheiro Tavares, ainda é tímida, no entanto, existem algumas fontes que nos ajudam a compreender este período. O jornal Folha de Londrina foi responsável por produzir matérias sobre a formação do Acampamento e a repercussão da ocupação na região. Em um artigo intitulado “Invasão Arrasa pesquisa na Mitacoré”, Valmir Denardin (1998), com tom fortemente crítico a ação do movimento, informa que Mitacoré era a única estação experimental agrícola de parceria público/privado, cujo espaço era usado para o desenvolvimento de pesquisas e campo de testes de grãos, agrotóxicos e técnicas de produção.

Isto demonstra que o processo de ocupação significou um conflito direto entre os interesses do agronegócio, representados pela produção e ações de pesquisa desenvolvidos na fazenda, e dos militantes, que avançavam, mês após mês, sobre território, ressignificando-o. A

⁴ CPI PROER, 2002. Disponível em:< <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/51-legislatura/cpiproer/51-legislatura/cpiproer/relatoriofinal/cap3bamerindus.pdf>>Acesso: 03.fev.2020

reportagem também trazia uma contraposição de um dos líderes e militantes, Altair Simionato, ao qual informou que as pesquisas já haviam sido paradas antes da ocupação, não havendo, em 1997 nenhuma em andamento.

De 1997 a 1999 os sem-terras estiveram acampados às margens da BR -227, mas neste último ano, avançaram para a sede da fazenda, fato este, que marcaria a consolidação da ocupação do território. Outro artigo do jornal Folha de Londrina, escrito por Lúcio Flávio Mora, (1999) narrou os acontecimentos no mesmo tom crítico, apontando que a fazenda havia sido apossada pelo Banco Central e estava sob os cuidados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Também informou que os antigos funcionários ainda residiam no espaço, mesmo após dois anos de formação do acampamento, sinalizando que havia uma forte disputa sobre a fazenda.

A reportagem, como a anterior, enfatiza estrutura da fazenda, enquanto um espaço de desenvolvimento do agronegócio. De igual maneira, em entrevista para a reportagem Mauro Paiva, na época um dos líderes da ocupação e da coordenadoria regional do movimento, afirma que a ação era estratégica. Pois, os integrantes da ocupação tinham dificuldade de armazenamento dos grãos, enquanto a sede da fazenda tinha uma estrutura de estocagem e beneficiamento abandonada.

Não coincidentemente, o entrevistado acima, Mauro Paiva, possui o mesmo sobrenome que o meu. Mauro é meu pai. Informação relevante que justifica as motivações e os objetivos da pesquisa. Assim, enquanto filha de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que participaram deste processo de ocupação e ainda residem no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, minha história de vida e de toda minha família estão imbricadas nesses acontecimentos e na memória produzida sobre espaço. Neste sentido, percebe-se que as dimensões políticas e públicas adentram aos espaços domésticos/privados com a memória familiar estando associada a memória do movimento do MST na região Oeste do Paraná. Neste sentido, o “pessoal é político”⁵ e dever ser lido como tal.

Partindo deste ponto de enunciação, questiono: o que há em comum entre os entrevistados acima e os jornalistas que produziram os artigos de jornal? Todos são homens. Não há nenhuma novidade na questão, se buscarmos outras narrativas, objetos e documentos

⁵ O pessoal é político, tornou-se uma frase simbólica para feminismo, que procura romper a dicotomia entre público e privado/doméstico.

que estão na composição das fontes sobre a história e memória do assentamento e acampamento, isto irá se repetir. Ou seja, os documentos, que servem para amparar a memória da luta pela terra, em sua grande maioria, são narrados e escrito por homens.

Ainda, na memória coletiva que circula no espaço é flagrante o apagamento da participação das mulheres na construção do Assentamento. Mulheres como minha mãe, Cecília Minuceli de Paiva, ou de Mírian Silva Simionato, parte desta pesquisa, bem como tantas outras mulheres militantes parecem não encontrar voz nas narrativas. A partir desta problemática compartilhada por tantas outras mulheres, questionou-se: Por que a memória coletiva, bem como os artefatos memoriais produzidos, vem privilegiando as narrativas masculinas, sobretudo nos espaços políticos do acampamento?

Por incumbência desta problemática de pesquisa, que intenta analisar a produção dos artefatos de memória, escolheu-se como fonte primária, duas coleções fotografias pessoais de militantes que participaram do contexto de ocupação e formação do Acampamento Mitacoré. Uma das coleções pertencente ao meu pai, que a salvaguardou durante décadas e que servirão para analisar o olhar masculino sobre os anos de acampamento. Para a construção de um quadro comparativo. Buscou-se ainda, outra coleção, esta pertencente à família Simionato, ao qual parte do acervo foi construído pela militante Mirian Silva Simionato, que poderá oferecer um outro olhar sobre os mesmos contextos. A escolha das coleções que compõem a pesquisa, justifica-se por ambos terem compartilhado a maioria dos processos históricos que marcam o espaço.

Devido às limitações desta pesquisa e a grande quantidade de fotos existentes, primeiramente foi realizado um recorte temporal, separado imagens da fase inicial que vai do ano de 1997 até os anos 2000. Com base nas coleções o objetivo da pesquisa é: analisar os espaços ocupados por mulheres e sua representação nas fotografias no Acampamento Mitacoré, tendo em vista que essas são dispositivos que auxiliam na composição da memória sem-terra sobre este local.

Para tanto a Metodologia usada na análise das fotografias, teve como aporte teórico as reflexões de Boris Kossoy (2001) “qualquer que seja o assunto registrado na fotografia, está também documentará a visão de mundo do fotógrafo. A fotografia é, pois, um duplo testemunho: por aquilo que ela nos mostra da cena passada, irreversível, ali congelada fragmentariamente, e por aquilo que nos informa acerca de seu autor” (p.50). Mais do que

compreender as imagens é necessário entender aquele que a produziu, apontando através de outras fontes, o revela e o que esconde.

Assim, a fim de entender como que se dá este processo de construção da memória coletiva, que vem produzindo um apagamento das mulheres e como isto é refletido nas fotografias, é necessário, primeiramente, compreender o movimento ao qual faz parte essa memória. Seguindo isto, primeiramente foi realizado um panorama sobre a formação do sistema fundiário, sinalizando as desigualdades no campo com ênfase na formação dos movimentos sociais e as resistências empreendidas. Posteriormente, foi assinalado a condição da mulher militante do MST, seus principais desafios e conquistas nas décadas de atuação do movimento, objetivando apontar a luta por reconhecimento das militantes, bem como os silenciamentos no movimento. Por fim, discutiu-se a produção da memória sem-terra sobre a mulher militante no Acampamento Mitacoré, que se formou no final dos anos de 1990 em São Miguel do Iguazu -PR, enfatizando a dicotomia existente entre público e privado/doméstico no contexto da luta pela terra na região.

1. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS DO PROBLEMA DA TERRA E A FORMAÇÃO DO MST

*“Como então? Desgarrados da terra?
Como assim? Levantados do chão?
Como embaixo dos pés uma terra
Como água escorrendo da mão?”*

Chico Buarque de Holanda, 1997.

A questão agrária no Brasil e a luta pelo acesso à terra, atravessam a história do país, sendo consequência do modelo colonial de exploração implantado a partir do século XV no país. A estruturação e a manutenção deste sistema, historicamente, estão atreladas ao território e suas formas de subjugação, que variaram no decorrer dos séculos. No entanto, algumas características são mantidas, são elas: A concentração de terras em poucos e extensivos latifúndios e a produção monocultural para a exportação, fazendo da propriedade rural um dos catalizadores das desigualdades sociais na região.

Assim, neste capítulo será realizada um panorama sobre a formação latifundiária no país, com ênfase na formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Aponta-se que os fenômenos históricos, citados abaixo, não compõem a totalidade de mais de 500 anos de conflitos e disputas no campo de todas as regiões do Brasil. Mas sim, questões fundamentais para a compreensão do cenário social em que se localizam as lutas pela Reforma Agrária no Brasil.

Antes de nos debruçarmos sobre aspectos históricos, é importante apontarmos que tipologia das formas de produção agrária existentes no país, a fim de diferenciar o modelo capitalista e a agricultura familiar.

O modelo de produção rural capitalista, representado pelo agronegócio, é caracterizado por produções monoculturais, em sua maior parte, soja, milho e trigo, ou no caso da agropecuária a criação de gado de corte para a indústria da carne. As propriedades são grandes latifúndios, cuja mão de obra provém de trabalhadores assalariados. Segundo um relatório publicado pela Oxfam International, 0,91% dos proprietários rurais concentram 45% toda a área rural do Brasil (OXFAM, 2016, p.08). Ainda, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2019) os Trabalhadores Rurais com registro em carteira de trabalho, possuem média salarial de R\$ 1.336,68 para uma jornada de 44h semanais. Se comparado à média nacional, o Trabalhador Rural recebe $\frac{1}{3}$ a menos, para a mesma jornada de trabalho.

Mas é importante assinalar que esses dados não oportunizam uma visão completa do cenário do trabalho no campo. Em várias regiões, ainda é comum o trabalho por “dia de serviço” ou grandes proprietários cederem uma pequena parte da propriedade para subsistência do trabalhador, em troca, o mesmo, emprega sua força de trabalho em toda a propriedade. Isso faz com que o Trabalhador Rural, não consiga acesso pleno aos direitos trabalhista e escape de muitos dados sobre a condição do trabalho no campo.

Além disto, o tempo no campo funciona em uma lógica diferente do tempo da indústria, às 44h horas de jornadas de trabalho semanais, são difíceis de mensurar em vários ofícios, tendo em vista que a demanda de trabalho tem variáveis como tempo de plantio, de colheita e afins. Dificultado que o trabalhador cumpra uma jornada prescrita por lei. Assim, a produção capitalista além de concentrar a terra, ainda exploram a força de trabalho de terceiros, muitos destes camponeses despossuídos de terra.

Já a agricultura familiar é constituída por pequenos proprietários, posseiros ou arrendatários. Essa, conforme a Lei N° 11. 325 (2006) se considerado apenas aquelas propriedades cujo possuinte não tenha área maior que 04 módulos fiscais, a maior renda familiar se origine da propriedade, além da mão de obra empregada, em sua maioria, seja da família. Também, a produção é mais diversificada abastecendo o mercado interno, produzindo uma parte significativa do alimento consumido no país. Conforme o Censo Agropecuário (2017) a agricultura familiar é responsável por 48% do valor da produção de café e banana; por 80% da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão.

Paradoxalmente, as propriedades da agricultura familiar que correspondem a 77% dos estabelecimentos rurais, ocupam apenas 23% da área cultivável do Brasil. Mesmo diante da sua expressividade na produção de alimentos, o campo ainda é predominantemente latifundiário e monocultural. (IBGE, 2017). Também, é comum que parte das indústrias do agronegócio vendem os insumos agrícolas e agropecuários, além de comprarem a produção familiar. Isto faz com que este modelo seja duplamente explorado, tendo em vista, que as produções cooperadas não conseguem o mesmo espaço de mercado que as grandes indústrias.

1.1. LATIFÚNDIOS DO BRASIL: HISTÓRIAS DA TERRA

Um dos primeiros regimes de posse de terra, implantados nas décadas iniciais da colonização do Brasil foi as Sesmarias, modelo português reproduzido no contexto colonial até 1822 através das Capitânicas Hereditárias⁶. Posteriormente, identifica-se um “vazio legislativo” sem regulação sobre as formas de aquisição de terras no país. Isto se mantém até 1850, quando é instituída a Lei de Terras.

A Lei de Terras instituiu que a única forma de aquisição da terra seria por meio da compra, tornando-a mercadoria. Assim, o estado passa a operar para a consolidação de uma estrutura latifundiária no país: “Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (BRASIL, 1850). Conforme Martins (2010) a terra torna-

⁶ Forma de distribuição de Terras, instituída pelo Coroa Portuguesa desde o século XIV, ao qual havia a concessão de terras para a produção. Além disto, este modelo de distribuição de terra pela coroa foi estruturante para a concentração de terras, tendo em vista que o incentivava.

se cativa, sendo este o modelo estrutural da sociedade brasileira que garantiu uma economia concentracionista e uma fórmula de coerção do homem livre.

Não coincidentemente, a lei entrava em vigor em um contexto que o tráfico de pessoas escravizadas, trazidas do continente Africano, tornava-se irregular via Lei Eusébio de Queiroz (1850). Mesmo que o tráfico não tenha cessado com esta lei, acenava-se para as transformações que aconteceriam nas formas de produção do país. Com a Lei de Terras, garantia-se que a massa, por séculos escravizada que se tornaria livre décadas a frente, não teria acesso pleno a terra “(...) se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava” (MARTINS, 2010, p.03).

Além disto, a Lei de Terras garantiu a definição da propriedade privada no Brasil, ao considerar aqueles espaços que não estavam de posse de alguém, como “terras devolutas”, possibilitando assim, a coroa vendê-la. As elites brasileiras, então, oportunizaram o surgimento de um exército de reserva de trabalhadores, permitindo a exploração da mão de obra e a acumulação pelos grandes proprietários, que ao restringir a posse da terra, subjugarão os trabalhadores as grandes lavouras. Essa restrição se deu, também, aos migrantes europeus do final do século XIX e início do século XX, que compuseram essa massa trabalhadora sem-terra. (MIRALHA, 2006, p.152-153). O país com este modelo de propriedade e com a introdução do imigrante europeu, adentravam mais fortemente ao capitalismo agrário.

Neste contexto, mais notadamente na década de 1930, o Brasil, passou por um processo de industrialização que não refletiu em mudanças efetivas na estrutura oligárquica e rural. Neste contexto, ainda, foi incentivado a migração interna e a formação de colônias em regiões mais extremas do país, no ficou conhecido como Marcha para o Oeste. Mesmo com a indústria em ascensão e com uma diversificação da economia e os incentivos governamentais para apossamento de terras, a maior parte dos trabalhadores camponeses estavam subjogados a um regime de colonato, sem possuir terras, eram vinculados a uma grande propriedade rural.

Outro marco importante para a compreensão do sistema fundiário nacional remete ao ano de 1964, ano também do golpe civil-militar, inicia-se um processo de fortalecimento de latifundiário e de subsídios, principalmente, a agropecuária. Ao que parece ser paradoxal, é neste ano que se institui o Estatuto da Terra (1964) que tinha como objetivo implantar uma série de medidas, a fim de alterar as formas de posse e uso da terra gerando uma melhor

distribuição e justiça social, no campo. Todavia, o Estatuto da Terra, bem como a Lei de Terra, demonstrou-se um engodo:

Mas, tal como a Lei de Terras de 1850, o estatuto de 1964 foi escrito “pra inglês ver”. O documento foi elaborado por um comitê executivo de revisores do próprio regime, com vistas a eliminar o latifúndio e promover a agricultura familiar através da redistribuição de terras, numa aposta de constituição de uma classe média rural. A essência do estatuto final, entretanto, foi transformada por representantes da oligarquia rural no Congresso (FERNANDES, et.al, 2013, p. 36)

O Estatuto da Terra, desta forma, auxiliou na manutenção e consolidação da agroindústria, levando a um aumento na expropriação de terras. Este contexto marca ainda, um período de “modernização” da economia que levará a implementação de tecnologias no campo, que iniciaram um processo de transformação do trabalho nas grandes propriedades incentivado e subsidiado pelo governo. Como forma de conter os intensos conflitos no campo, os militares desenvolveram políticas de colonização de outras regiões do país. Foi neste período a criação do Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas não de redistribuição de terras. Isto gerou um forte fluxo migratório destes cenários rurais, para os espaços urbanos, impelindo ainda mais a formação de uma classe sem-terra. (MIRALHA, 2006, p.154-156).

Para conter a questão, o regime civil-militar passa a desarticular as mobilizações camponesas através da repressão e da violência. (...) “o governo militar realizou os objetivos de sua política agrária, promovendo a modernização técnica no campo sem mexer na estrutura fundiária, valorizando as terras apropriadas pela burguesia agrária e criando uma reserva de força de trabalho” (FERNANDES, 1994, p. 31).

A não resolução dos problemas fundiários se intensificaram neste período, até a redemocratização na década de 1980, levando a formação de movimentos sociais pelo direito e o acesso a Terra, culminando na organização de um dos maiores movimentos sociais da América Latina: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1984.

1.2. A FORMAÇÃO DO MST: O CAMPO EM MOVIMENTO

Apesar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) representar um dos mais expressivos movimentos sociais do Brasil, as lutas e reivindicações no campo permeiam

toda a história do país. Sempre houveram formas de resistência ao sistema latifundiário e ao modelo capitalista agrário instituído a partir do século XIX, dentre essas: Canudos, Contestado, os Quilombos e no século XX, as Ligas Camponesas.

As Ligas Camponesas surgiram no país na década de 1940, sendo as primeiras de organização política camponesas, unindo milhares de trabalhadores rurais em todos os estados, sendo eles: Proprietários, meeiros, posseiros que lutavam contra a exploração e expropriação de terras. Por representarem uma reação ao sistema, forte repressão nas décadas em que estiveram à frente das reivindicações no campo, sendo perseguidas tanto pelo estado como por latifundiários. Nota-se que as Liga Camponesas intensificaram as reivindicações da classe camponesa e colocaram em pauta nacionalmente a discussão sobre uma Reforma Agrária radical.

Ainda, conforme Bernardo Fernandes (2000, p. 34) no Rio Grande do Sul, neste contexto, formou-se o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), que diferentemente das Ligas Camponesas, que lutavam para se manter nas terras, o MASTER iniciou um processo de ocupação através da organização de acampamentos no entorno de latifúndios. Todos estes movimentos tiveram apoio de instituições como a Igreja Católica, o Partido dos Trabalhadores Brasileiros (PTB) além do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que criou nos anos de 1950 União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), a fim de coordenar as associações camponesas. No entanto, com o Golpe Civil-Militar em 1964, as Ligas Camponesas, bem como os demais Movimentos Sociais, foram assoladas e desarticulados (FERNANDES, 2000, p.33).

Com o agravamento dos conflitos no campo e o aumento das forças repressivas e da violência⁷ se desenvolveram, em oposição, outras formas de organização e resistência. Exemplo disto, são as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que oportunizaram a organização e a articulação de formas de enfrentamento ao regime e ao modelo de agronegócio que se fortalecia no campo.

Assim, nas décadas de Ditadura Civil-Militar, os conflitos intensificam-se, bem como às ocupações e organizações populares. A partir deste histórico de enfrentamentos, que em 1984 na cidade de Cascavel no Oeste do Paraná, funda-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por meio do Primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra. O MST é

⁷ Foram assassinados 1106 trabalhadores rurais durante o Regime Militar (FERNANDES, 1994, p.47)

originado em um contexto político de mudança com a reabertura democrática e de muitos conflitos sociais, decorrentes dos anos de ditadura. Assim, há uma grande articulação de várias instituições para que fosse apresentado um novo modelo de Reforma Agrária para o país, dentre estas é importante assinalar a forte atuação da Igreja Católica por meio da Comissão da Pastoral da Terra (CPT). (FERNANDES, 1994, p.48-49).

Atualmente, segundo o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ele está organizado em 24 estados, em todas as regiões do país, com cerca de 350 mil famílias assentadas nas quase 4 décadas de atuação. Ainda, conforme a Cartilha do Programa Agrário do MST (2013, p.35-37) o movimento possui um programa de reforma agrária popular, sendo os fundamentos: A democratização do acesso a Terra, a água e a biodiversidade, respeitando a natureza e seus bens; garantir a função social do uso da terra, eliminando o latifúndio, também devolvendo a terra em posse de empresas estrangeiras, demarcar e respeitar as áreas dos povos indígenas; a soberania da produção de sementes e mudas, com ênfase na produção de alimentos saudáveis e sustentáveis através da agroecologia e a erradicação do uso de agrotóxicos; a garantia do acesso à educação com vistas à formação para o manejo responsável no campo e a erradicação dos problemas sociais: “O campo deve se constituir num local bom de viver. Onde as pessoas tenham direitos, oportunidades e condições de vida dignas” (MST, 2013, p.37). No entanto, o campo também é local de violências várias, que recaem sobre os vários outros.

2. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA TEM DOIS SEXOS⁸

*“Somos de todos os cabelos de todos tipos
de cabelo
Grandes, miúdas, bem erguidas, somos
nós as Margaridas”*

Loucas de pedra lilás, 2003

⁸ Referência o livro da Elizabeth Souza Lobo, intitulado “A Classe Operária tem dois Sexos: Trabalho, dominação e Resistência, de 1991.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é um dos maiores movimentos de resistência às formas de exploração e violência existentes no Brasil. No entanto, por vezes, o movimento é lido homogeneamente, como se o sem-terra fosse uma categoria ausente de outros marcadores sociais, que não seja o de classe. Essa leitura apaga a estrutura que permite a construção do padrão de poder hegemônico e que produz desigualdade no campo através da concentração de terra, que foi engendrada e mantida justamente por esses marcadores sociais. Dentre eles podemos citar: raça e gênero.

Aqui nos debruçamos sobre as questões de gênero, que não deve ser resumido apenas a uma categoria de análise. Mas nesta pesquisa, recortado como categoria histórica das representações sociais e normativas, que moldam a subjetividade dos sujeitos e estão presentes nas organizações e instituição sociais. Assim, uma construção social do masculino e do feminino (SAFFIOTI, 2015, p.47). Neste sentido, em uma sociedade patriarcal, que é caracterizada pela dominação estrutural de homens sobre mulheres, a categoria de gênero, nos ajuda a compreender esse processo de dominação-exploração que atravessa a sociedade.

No Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, essa discussão tem se mostrado uma preocupação nas últimas décadas. A Cartilha do Programa Agrário do MST assinala como um de seus fundamentos: (...) combater todas as formas violência contra as mulheres e crianças, penalizando exemplarmente a seus praticantes. (2013, p.17). Nota-se que a questão da mulher dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem sido debatida constante. No entanto, por se tratar de um movimento social e popular, cujo membros são indivíduos socializados em outros meios culturais, reproduzindo essa estrutura patriarcal que é de difícil superação.

A desigualdade e o espaço ocupado por mulheres no MST, foi debatida já nos primeiros anos de fundação, tendo em vista que o olhar para mulheres muitas vezes as têm colocado como mães, filhas, irmãs, mas não militante, como se espaços de reivindicação política fosse destinado somente para homens. Desde então, há a organização de coletivos a fim de mudar radicalmente este panorama, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, (CONTAG) que criou uma Comissão de Mulheres, também o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTRN) e ainda, as mulheres sindicalistas ligadas a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que auxiliam na organização das mulheres, a fim de reivindicar acesso aos direitos das mulheres no campo.

Essas agremiações e as constantes reivindicações levaram o MST a incluir, em um de seus primeiros documentos, nas Normas Gerais do MST de 1989, sobre a questão da mulher. O documento indicou objetivos de estimular a participação feminina, bem como a formação de Comissões de Mulheres em Acampamentos e Assentamentos, para tratar de temas específicos, além de formar comissões nacionais em articulação com a Direção Nacional do MST a fim de propor políticas específicas (MST, 1989).

Em 1996, o Coletivo Nacional de Mulheres organizou o Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST, cujo objetivo era discutir historicamente a construção da dominação de gênero e como isto afeta a sociedade, conseqüentemente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Deste encontro foi publicada uma cartilha com o Plano de Trabalho. É possível identificar no documento os principais problemas enfrentados pelas mulheres militantes, dentre eles a falta de representatividade feminina e a secundarização dos trabalhos com/de mulheres.

Interessante analisar que esta cartilha (MST, 1996) também identifica as causas do problema, em três níveis diferentes: O social, cujo o problema é histórico, da organização, ao qual acusa a falta de políticas de incentivo e a promoção de formações para discutir o assunto entre os integrantes do movimento. Porém, o documento culpabiliza em parte as mulheres, atribuindo a elas medo de enfrentar o problema. Para reverter a situação, a cartilha direciona algumas pautas, como: criação de coletivos estaduais, a ocupação dos espaços de liderança, não apenas no movimento, mas também em sindicatos, reivindicação do título e o cadastro da terra em nome, também, da mulher.

Para compreender o contexto em que este material foi produzido, lançarei mão da pesquisa de Carmen Deere (2004) sobre o direito da mulher a terra em movimento sociais, visto que reuniu dados que revelam um panorama geral da situação da mulher neste período. Conforme Deere (2004, p. 184) o primeiro Censo de Reforma Agrária de 1996, mostra que aproximadamente 20 mil mulheres foram beneficiadas por políticas de reforma agrária, o que no contexto, correspondia apenas à 12,6% do todo. “(...) a política do INCRA que confere os direitos à terra a apenas uma pessoa por família, geralmente o chefe da família. Até o final do ano de 2000, não houve nenhuma diretiva geral do INCRA com relação à distribuição e titulação conjunta da terra para casais. (DEERE, 2004, p.185).

Os dados revelados a partir do Censo de 1996, foram propulsores para as organizações de mulheres reivindicando pautas específicas. No ano 2000, a CONTAG e a MMTN com apoio de sindicatos, organizam uma Marcha Nacional de Mulheres, conhecida como Marcha das Margaridas⁹, reunindo mais de 20 mil mulheres de todas as regiões do país, em direção à Brasília portando 81 reivindicações, dentre essas estavam: pedido de apoio ao Estado a uma campanha de documentação nacional para mulheres rurais e a facilitação do acesso às mulheres rurais de políticas públicas que visem a reforma agrária, com a documentação expedida em nome do casal e no nome da mulher, caso essa seja solteira (DEERE, 2004, p.193).

Resultado das pressões exercida, em 2003 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária publica uma instrução normativa nº981 que institui: A outorga do Título de Domínio ou do Contrato de Concessão de Uso, far-se-á: I - ao homem, na ausência de cônjuge ou companheira; II - à mulher, na ausência de cônjuge ou companheiro; III - ao homem e à mulher, obrigatoriamente, nos casos de: a) casamento e b) união estável (INCRA, 2003).

De lá para cá os avanços em termos de políticas foram muitos, resultado das reivindicações de grupos de mulheres militantes. No entanto, a questão do reconhecimento dos direitos da mulher trabalhadora do campo não foi superada, mesmo que as políticas garantam a igualdade em termos de acesso, a estrutura patriarcal dificulta o estabelecimento de políticas mais efetivas fora do campo legislativo, havendo ainda muita resistência no movimento em aceitar a mulher como militante.

3. SOB A LONA: A MEMÓRIA FOTOGRÁFICA NO ACAMPAMENTO

*“Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, propícia estação
E fecundar o chão”
Milton Nascimento, 1976*

A acampamento Mitacoré, que deu origem ao Assentamento Antônio Companheiro Tavares, foi palco de articulação de políticas de Reforma Agrária no Oeste do Paraná. Não

⁹ Homenagem a líder sindical Margarida Maria Alves, que lutou pelo direito dos trabalhadores rurais e foi morta em frente a sua casa em 1983

apenas enquanto espaço que representava em si, o processo, mas que servia de base para outras ocupações da região. Esse acampamento, tornou-se referência pela ressignificação do território que institui, tendo em vista que a estrutura que serviu por anos para o aprimoramento das técnicas e ferramentas do agronegócio, transforma-se em território de articulação, estratégias e de construção da experiência sem-terra.

Fotografia 01 - Registro do acampamento Mitacoré no ano de 1998.



Fonte: Acervo pessoal família Simionato

Acima, representando pela fotografia de 1998, está a primeira área de ocupação nas margens da fazenda e da BR-277, próximo ao pedágio de São Miguel do Iguçu. Comum em ocupações do MST, os barracos erguidos, como ficaram conhecidas as primeiras habitações do sem-terra em área de reforma agrária, estão enfileirados horizontalmente, criando uma grande linha que se mesclam com outras formas escuras da paisagem.

Também, comum no movimento, as primeiras ocupações se organizam margeando pontos estratégicos, reivindicando uma estreita faixa de terra, talvez uma triste metáfora daqueles que sempre estão às margens sociais. Ou seja, entre a margem da rodovia e da fazenda, organizaram-se um território de sujeitos que reivindicavam não estar mais lá, com a bandeira vermelha ao centro, como símbolo de luta, mas também de esperança.

As organizações de ocupação, por meio do estabelecimento dos militantes através dos barracos de lona preta, tornaram-se símbolo do MST. Nashieli Rangel Loera (2014) descreveu

o barraco como uma forma de inscrição, uma passagem para o “mundo das ocupações” “(...) montar um barraco e se instalar debaixo da lona preta. Essa é a forma apropriada de proceder e de “dizer” que se quer terra e que se “pertence” a determinado acampamento” (p.47).

A experiência da ocupação e da formação do acampamento, enquanto frente de reivindicação política de reforma agrária, tem recriado algumas experiências do modo com a militância se constitui. Pois, mescla duas esferas sociais: pública e privada. Essas esferas nas teorias políticas, mesmo que haja uma multiplicidade de significações, geralmente estão associadas a dicotomia entre estado e sociedade, ou a vida doméstica e não doméstica, sendo essa segunda definição empregada nesta pesquisa. Segundo Okin (2008, p. 307), essa dicotomia, ao qual chama público/doméstico faz com que teóricos negligenciem a natureza política da família e ainda é parte central das desigualdades de gênero produzidas, principalmente, através da divisão do trabalho/tarefas entre os sexos.

O público e privado que, historicamente, estão desassociadas, aparecem, em primeiro momento, amalgamadas no movimento. Já que, a principal ação política do MST, ou seja, ação considerada de domínio público, usa como instrumento uma esfera da vida social considerada doméstica/privada, representada pelo barraco. O Acampamento Mitacoré, nesta fase, contou com cerca de 300 militantes, homens, mulheres e crianças estabelecendo um contexto de conflito e negociação intenso, que perdurou até início dos anos 2000.

No entanto, os abismos que separam as esferas público e privado, mesmo que na ação política de ocupação empreendida pelo MST diminua, na memória sem-terra sobre o contexto, é gigantesco. Evidência disto, estão nas produções dos artefatos memoriais, como a fotografia. A esfera privada, que neste caso, é expressa como o interior do barraco, é pouco representada em ambos os acervos consultados para esta pesquisa. Em um deles, fornecido pelo militante Mauro Paiva, das 56 fotografias encontradas, não havia, se quer, uma que incluísse este ambiente.

Neste sentido, é importante sinalizar que os homens historicamente foram naturalizados como aqueles que exercem funções políticas e econômicas e as mulheres, aquelas que assumem a esfera doméstica, sendo isto estruturante, para a produção da dicotomia entre público e privado. (OKIN, 2008, p.309). Assim, homens representam os espaços públicos, enquanto as mulheres o privado/doméstico, deste modo, não coincidentemente, o acervo que negligência a esfera doméstica foi produzido por um homem. Este, privilegiou fotografias sobre assembleias,

reuniões, conflitos e afins. Parece que o “tempo de barraco”, na percepção do militante, é expresso por espaços públicos.

Já o outro acervo, que foi produzido por um casal de militantes Mirian Silva Simionato e Altair Simionato, mesclam as representações existentes nas fotografias, ora eventos públicos, ora privados, ora assembleias, ora o ambiente doméstico.

Figuras 02 e 03: Assembleia que definiu a ocupação, pelos militantes do MST, de uma área de plantio na fazendo Mitacoré, 1999.



Fonte da figura 02: Acervo pessoal Mauro Paiva

Fonte da figura 03: Acervo pessoal família Simionato

As imagens acima, revelam o contraste existentes nas produções fotográficas. A Figura 02, da esquerda, dois homens, de punhos erguidos parecem coordenar os movimentos dos demais, que os seguem levantando seus braços, nesta não é possível identificar o gênero dos militantes, neste sentido, todos na fotografia são anônimos e, como Virginia Woolf afirma, “na história anônimo é uma mulher”. Ao lado direito, a Figura 03, traz um outro ângulo do mesmo evento, nele é possível identificar mulheres participando da assembleia e ocupando seu espaço de militante.

Mas, o que salta aos olhos na segunda imagem, sendo uma das principais diferenças entre os registros, está na associação da mulher militante as crianças. Assim, a ação política da mulher não se dissocia de uma de suas funções primordiais, impostas pelo patriarcado na divisão sexual do trabalho: o cuidado e a maternidade compulsória. Neste sentido, Okin (2008, p. 314) argumenta: “Nós demonstramos como as desigualdades dos homens e das mulheres no

mundo do trabalho e da política são inextricavelmente relacionadas, em um ciclo causal de mão dupla, às desigualdades no interior da família”.

Percebe-se que a participação das mulheres na política e em movimento social estão intrinsecamente associados a suas funções de gênero, logo é necessário politizar também esses espaços privados e reconhecer a família enquanto política, na produção da memória sobre o acampamento. Mais que a família, é necessário tornar político todos os espaços ocupados por mulheres sejam em espaços de Reforma Agrária, ou em outros da vida social.

Figuras 06 e 07: Encontro Regional promovido pelo MST no Acampamento Mitacoré, em 1999.



Fonte: Acervo pessoal Mauro Paiva.

As duas imagens apresentadas acima, respaldam as afirmações realizadas no parágrafo anterior. Elas são registros Encontro Regional de Reforma Agrária, que aconteceu na sede da antiga fazenda Mitacoré, após a ocupação dela em 1999. As fotografias, deste mesmo ano, capturam a reunião de militantes para discutir pautas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em um olhar mais atento, é possível perceber que o objetivo dos registros era ilustrar a reunião de militantes de várias regiões que participavam do evento, com capturas frontais e ao fundo do espaço conhecido como plenária. Não intencionalmente, o fotógrafo registrou, o cotidiano da mulher militante, que não está desvinculada da função maternal, mãe ou não, as crianças estão em ambas a imagens sentadas ao lado de mulheres, cercando-as ou em seus colos. Enquanto homens, sentam-se espalhando-se pelo espaço, mas isentos de tal atribuição.

Neste sentido, conforme Michelle Perrot (2007), o cuidado destinado às crianças confinou as mulheres no ambiente doméstico. Assim, mesmo que as mulheres das classes populares estejam nos postos de trabalho, elas reproduzem a cultura burguesa que institui a mulher ao cuidado, somado a isto, ainda há as tarefas domésticas, sobrecarregando-as e fazendo com que elas não consigam se inserir nos espaços políticos igualmente. “Num casal de militantes, o marido fala de sua ação e a mulher, da vida em família: divisão imemorial dos papéis” (PERROT, 2007, p.35).

E este ambiente doméstico, no caso do MST é apresentado de forma ambígua, pois o barraco, como afirmado acima, torna-se símbolo de resistência política e de enfrentamento ao sistema agrário. No entanto, as atividades que são exercidas no interior deste, ou consideradas domésticas, são excluídas da memória sem-terra. Pois, essa dimensão é historicamente espaço das mulheres e quando elas tomam os espaços públicos, ainda exercem suas funções do espaço doméstico, como o cuidado.

Assim neste processo de “inscrição da memória” privilegia-se momentos públicos de deliberações políticas, como assembleias, embates, eventos e outros públicos, e negligência a dimensão do cuidado como também, política. Desta forma, opera na conservação das estruturas patriarcais, também para a produção da memória sem-terra enquanto eventos públicos, cuja única experiência narrada são os “grandes feitos” protagonizados por homens. Pois, é na divisão sexual do trabalho, que se naturaliza a responsabilidade das funções do cuidado e do espaço doméstico/privado para a mulher e ainda, oculta essa memória sobre o movimento: “toda política de conservación y de memoria, al seleccionar huellas para preservar, conservar o conmemorar, tiene implícita una voluntad de olvido” (JELIN, 2002, p.30).

Figuras 06: Interior do barraco da família Simionato, 1998

Figura 07: Militantes jantam em um salão paroquial em meio a Marcha pela Reforma Agrária.



Fonte da imagem 06: Acervo pessoal família Simionato.



Fonte da imagem 07: Acervo pessoal Mauro Paiva.

Ainda sobre as inscrições da memória que oculta a esfera doméstica da militância e não a reconhece como espaço política, as fotografias acima, aprofundam a discussão, trazendo novos espaços. Na fotografia da esquerda é possível analisar o interior do barraco, registro incomum e que me foi apresentada pela mulher militante Mirian Silva Simionato, presente na imagem. Este interior reproduz, até certo nível, uma pequena habitação comum, com divisões em cômodos e a separação entre os diferentes espaços da casa. A fotografia foi tirada no que parece ser a cozinha, o que também está associado a essa dimensão do cuidado, tendo em vista que ela envolve a alimentação. Além disto, novamente há uma criança, evidenciando que esses dois personagens históricos, mulher e criança, parecem indissociáveis.

Além disto, por reproduzir a organização dos demais espaços domésticos comumente encontrados em outros contextos sociais, a importância do interior do barraco na organização do acampamento, não rompeu sua condição de privado, na interpretação dos sujeitos. Portanto, não inscrito na memória sobre o acampamento, que privilegia o “extraordinário” Além disto, o interior do barraco revela a escuridão que a lona preta produz, tão escuro quanto suas representações históricas.

Já a segunda imagem, retrata um jantar que ocorreu dentro de um salão paroquial na cidade de Céu Azul – PR. Os militantes descansam e se alimentam, a caminho de uma Marcha pela Reforma Agrária, em Curitiba. Contrariamente a primeira foto, que nos revela detalhes sobre o interior dos barracos, esta segunda representa a esfera pública, mas não exclui elementos relacionados ao cuidado. Para compreender isto, é preciso ir além do que a imagem explicita. A fotografia coloca homens, lado a lado, jantando, mas quem produz este alimento

está oculto. Em eventos do MST, bem como em acampamentos e assentamentos, a comida é responsabilidade das mulheres. Nesta lógica do público/privado, a cozinha parece estar deslocada até dos pratos que saem destas, marcando especificamente uma ausência: “En este nivel, el olvido no es ausencia o vacío. Es la presencia de esa ausencia, la representación de algo que estaba y ya no está, borrada, silenciada o negada (JELIN, 2002, p.28).

Neste sentido, mesmo que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tenha estabelecido políticas de inclusão para mulheres, para que estas estejam nos espaços públicos e assumam postos de liderança no movimento, esse método tem se mostrado falho. Como descrito no tópico anterior, a estrutura social patriarcal que produz a divisão sexual do trabalho, ainda é mantida e está presente no movimento. Isto decorre, principalmente, na divisão existente entre esferas consideradas públicas e privadas. Deste modo, há uma dificuldade de a mulher estar presente em espaços considerados políticos, por estas ainda estarem ocupando suas funções sociais no patriarcado. Em uma memória que privilegia eventos políticos, essas estão ocultas. Conforme Okin (2008), o julgamento de que a família é “não-política” está implícito no fato mesmo de que ela não é discutida na maioria dos trabalhos de teoria política hoje” (p.309). Portanto, a luta pela terra deverá considerar as estruturas patriarcais existentes, pois essa divisão sexual do trabalho tem se apresentado como estruturante na exploração e subjugação dos povos latino-americanos.

Assim, para romper com o sistema latifundiário e com o patriarcado que é estruturante para as desigualdades sociais, dentre essas a desigualdade no campo, não basta que as mulheres ocupem os espaços políticos de lideranças. Os homens precisam ocupar papel de cuidadores também. O cuidado precisa ser compartilhado, se ele é na terra, deve ser em todos os campos. É preciso reconhecer o Contrato Sexual¹⁰ e reconectar as questões que afirmam que o pessoal é político, que questiona essa separação entre esfera pública e privada, bem como uma concepção de política que separa as tensões sociais das relações e interações na vida familiar. Assumindo assim, a posição de que as relações familiares também estão caracterizadas por relações de poder entre os sexos. (SANDERBEG, 2018, p.16). Para tanto, é preciso assumir uma posição que permita a emancipação das mulheres de suas funções históricas na divisão sexual do trabalho.

¹⁰ Pateman (1993) que recorreu a história do contratualismo para compreender o patriarcado: A liberdade do homem e a sujeição da mulher, ao qual chamou de Contrato Sexual.

Considerações Finais:

Os intensos conflitos por disputa de terra que marcam a paisagem rural nacional e latino-americana, são resultantes de um sistema latifundiário, marcado por enorme desigualdade, que concentra em poucos as propriedades rurais do continente, na forma de extensos latifúndios.

Este sistema, herdeiro o processo de colonização, foi essencial para a manutenção das desigualdades sociais na região, desta forma, são comuns reações organizadas objetivando a Reforma Agrária. Um dos mais expressivos movimentos sociais latino-americano, que intentam a superação deste cenário, é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), formado na década de 1980 na cidade de Cascavel -PR.

No entanto, mesmo que o MST simbolize a resistência a estrutura colonial, ainda mantém relações de subalternização entre homens e mulheres militantes, sobretudo no que tange a memória e as narrativas históricas que, muitas vezes, ocultam e silenciam a participação das mulheres no movimento. Desta forma, analisaram-se como as relações hierárquicas de gênero vêm alijando a plena participação das mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e apagando os espaços que estas comumente ocupam.

Essa invisibilização, desautoriza a ação política de mulheres, como minha mãe, que por anos trabalhou nas cozinhas do MST, mas não está apresentada enquanto militante na memória sem-terra no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, excluída, inclusive de qualquer registro fotográfico. O MST, se quiser empreender políticas de Reforma Agrária que visem a transformação social, deverá primeiro reconhecer que se mantém, também, pela exploração de suas mulheres militantes.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Brasil, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em: 1 fev. 2020.



_____. **Portaria INCRA nº 981 de 02/10/2003.** Altera a Norma de Execução SDA nº 29 de 2002. Brasil, 2003. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=185200>. Acesso em: 1 fev. 2020.

CPI PROER. Relatório Final. Comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar as relações do banco central do Brasil com o sistema financeiro privado – CPI - PROER. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/51-legislatura/cpiproer/relatoriofinal.html>. Acesso em: 11 fev. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil.** 2. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2000. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20MST%20no%20Brasil%20-%20Bernardo%20Man%C3%A7ano%20Fernandes.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2020.

_____. **Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias.** 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/usuariosdaterranobrasil_2010.pdf. Acesso em: 1 fev. 2020.

_____. **Especialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo.** 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, 1994. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/Dissertacao_BMF.pdf. Acesso em: 1 fev. 2020.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21698.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2020.

DENARDIN, Valmir. **Invasão arrasa pesquisa em Mitacoré.** Folha de Londrina, 1998. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/invasao-arrasa-pesquisa-na-mitacore-62777.html>. Acesso em: 1 fev. 2020.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017.** Brasil. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 1 fev. 2020.

IBGE. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/lspa/brasil>. Acesso em: 22 set. 2019.

LOERA, Nashieli Rangel. **Tempo de barraco.** São Paulo: Editora UNESP, 2014. ISBN 978-85-68334-35-5. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8ycc4/pdf/loera-9788568334355-05.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2020.



LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008, 95p. ISBN 978-85-99662-74-8. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/qc38p>. Acesso em: 1 fev. 2020.

JELIN, Elizabeth. El genero em las memórias. In: JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memória**. Madrid: SSRC: 2001.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. São Paulo, Revista Nera, 2006. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1445-4199-1-PB.PDF>. Acesso em: 1 fev. 2020.

MOURA, Lúcio Flávio. **MST ocupa sede da Fazenda Mitacoré**. Folha de Londrina, 1999. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/mst-ocupa-sede-da-fazenda-mitacore-173836.html>. Acesso em: 1 fev. 2020.

MST. **A questão da mulher no MST**. São Paulo, 1996. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20quest%C3%A3o%20da%20mulher%20no%20MST.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2020.

____. **Normas gerais do MST**. São Paulo: MST, 1989.

____. **Programa Agrário do MST**. 3. ed. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2020.

OXFAM. **Terrenos da Desigualdade: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural**. São Paulo: Oxfam Brasil, 2016. Disponível em: <https://oxfam.org.br/projetos/terrenos-dadesigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural>. Acesso em: 16 set. 2019.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista estudos feministas**, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000200002&script=sci_arttext. Acesso em: 11 fev. 2020.

OXFAM. **Desterrados: Tierra, poder y desigualdade em América Latina**. Oxfam, 2016. Disponível em: <http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_1485.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019. BALLESTRIN, Luciana. “O Giro Decolonial e a América Latina.” 36º encontro anual da ANPOCS, Águas de Lindoia, 1-31, 2012.

PATEMAN, Carole. **O contrato Sexual**. tradução: Marta Avancini. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1993.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia, ou a teoria vivida**. São Paulo, Ponto Urbe: 2008. Disponível em: <http://www.marizapeirano.com.br/capitulos/2018_a_eterna_juventude_da_antropologia_2.pdf> Acesso em: 22. set. 2019.



PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. tradução: Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e America latina**. A Colonialidade do saber, eurocentrismo e Ciências sociais. Buenos Aires. CLACSO, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. Petrópolis, Vozes: 1976

_____. **Gênero Patriarcado e Violência**. 2. ed. São Paulo, Expressão Popular: 2015.

SALÁRIO.COM.BR. **Tabela Cargos e Salários 2020 - Pesquisa Salarial das Profissões**. Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.salario.com.br/tabela-salarial/>. Acesso em: 1 fev. 2020.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Inclusão Social**, v. 11, n. 2, 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4106>. Acesso em: 11 fev. 2020.

SANTO, Thais Marques de. As publicações do setor de gênero do mst e as vivências de mulheres sem-terra: reflexões sobre desrespeito, reconhecimento e autonomia. 2016. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Escola de Humanidades, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6691/2/DIS_THAIS_MARQUES_DE_SANTO_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

SCHREINER, Davi Félix. Memórias da Luta pela Terra, Educação e Agroecologia. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal. Anais. Natal: Anpuh, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371321283_ARQUIVO_MemoriasdaLutapelaTerra,DaviFSchreiner.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019

SCHEREINER, Davi Felix. Entre a Exclusão e a Utopia: Um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos Assentamentos Rurais. 2002. 461 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Usp, São Paulo, 2002.

SEGATO, Rita. **Las estructuras elementales de la violencia**. 1. ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.